

Nota Pública contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 065/2012

Segundo o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 65/2012 que foi votada e aprovada inicialmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, não pretende defender e preservar o meio ambiente para as futuras gerações. A proposta visa acabar com a obrigatoriedade do licenciamento ambiental para a execução de obras de construção de qualquer magnitude.

Segundo o Parágrafo 7º da PEC nº 65/2012:

"A apresentação do estudo prévio de impacto ambiental importa autorização para execução de obra, que não poderá ser suspensa ou cancelada pelas mesmas razões a não ser em face de fato superveniente."

Ou seja, há flexibilização no licenciamento para obras de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional: basta à empresa apresentar Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para aprovar a realização da obra.

Em outras palavras, a aprovação final desta PEC significa que o processo de licença ambiental e de análise de impactos ambientais por órgãos reguladores perde o sentido. Significa que a legislação relacionada às questões ambientais, que já está aquém do que o Brasil de fato precisa, se torna obsoleta.

É um verdadeiro retrocesso para a sociedade brasileira e de todos que lutam pela preservação do meio ambiente. Um desrespeito à participação do Brasil no Acordo de Paris, que a presidente Dilma Rousseff assinou durante encontro na sede da ONU, em Nova York.

Mas, para ser colocada em prática, a PEC nº 65/2012 (de 13/12/2012) ainda precisa passar pelo plenário do Senado e pela Câmara dos Deputados. A julgar pelos absurdos que têm sido cometidos nas duas casas, é bem possível que seja aprovada. E é justamente, por isso, que a sociedade e o Ministério Público Federal (aliado aos estaduais) precisam reagir.

Vamos divulgar este fato e lutar contra a aprovação da PEC nº 65/2012, lembrando sempre tragédia recente de Mariana e do Rio Doce, que ainda não incriminou os culpados: Samarco, Vale e BHP Billiton; nem acolheu e ressarciu a população dos prejuízos materiais do desastre anunciado.

Outra forma eficaz é participando da Consulta Pública da PEC nº 65/2012 no site do Senado, por meio do site:

<http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaotexto?id=120446>

Primeiro você faz o cadastro, que é rapidíssimo, e depois vota CONTRA.

Salvador, 10 de maio de 2016

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Bahia.